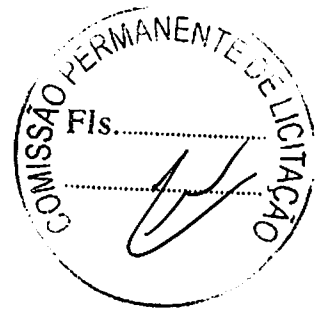




ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



EDITAL - Licitação

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 028/2018

LICITAÇÃO Nº. 00003/2018

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS

TIPO: MENOR PREÇO

Órgão Realizador do Certame:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO

RUA TEREZA BALDUINO DA NOBREGA , S/N - CENTRO - ASSUNÇÃO - PB.

CEP: 58685-000 - Tel: (83) 34661143.

O Órgão Realizador do Certame acima qualificado, inscrito no CNPJ 01.612.635/0001-02, doravante denominado simplesmente ORC, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar através da Comissão Permanente de Licitação, doravante denominada simplesmente Comissão, as 10:00 horas do dia 04 de Junho de 2018 no endereço acima indicado, licitação na modalidade Tomada de Preços nº. 00003/2018, tipo menor preço; tudo de acordo com este instrumento e em observância a Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta para: Contratação de empresa de engenharia para a execução das obras de Ampliação da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Evandir Gonçalves de Oliveira, através do Convênio nº 0596/2017 firmado entre a Secretaria de Estado da Educação - SEE e a Prefeitura Municipal de Assunção - PB..

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto da presente licitação: Contratação de empresa de engenharia para a execução das obras de Ampliação da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Evandir Gonçalves de Oliveira, através do Convênio nº 0596/2017 firmado entre a Secretaria de Estado da Educação - SEE e a Prefeitura Municipal de Assunção - PB..

1.2.As especificações do objeto ora licitado, encontram-se devidamente detalhadas no correspondente Termo de Referência - Anexo I deste Instrumento.

1.3.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de obra para suprir demanda específica - Contratação de empresa de engenharia para a execução das obras de Ampliação da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Evandir Gonçalves de Oliveira, através do Convênio nº 0596/2017 firmado entre a Secretaria de Estado da Educação - SEE e a Prefeitura Municipal de Assunção - PB. -, considerada oportuna e imprescindível,

bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

1.4. Salienta-se que na referida contratação, não será concedido o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos das disposições contidas nos Arts. 47, da Lei Complementar nº 123/2006, por não enquadrar-se nas hipóteses dos incisos I e III, do Art. 48, como também, não ser oportuno aplicar a exigência facultada no inciso II, do mesmo artigo, visto estarem presentes, isolada ou simultaneamente, as situações previstas no inciso III, do Art. 49, todos do referido diploma legal. Fica, no entanto, assegurado a ME e EPP o tratamento diferenciado e simplificado previsto nos demais Artigos do Capítulo 1º, Seção única, da LC nº. 123/2006.

2.0. DO LOCAL E DATA E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

2.1. Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação e a proposta de preços para execução do objeto desta licitação, deverão ser entregues à Comissão até as 10:00 horas do dia 04 de Junho de 2018, no endereço constante do preâmbulo deste instrumento. Neste mesmo local, data e horário será realizada a sessão pública para abertura dos referidos envelopes.

2.2. Informações ou esclarecimentos sobre esta licitação, serão prestados nos horários normais de expediente: das 08:00 as 12:00 horas.

2.3. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o ato convocatório deste certame por irregularidade na aplicação da Lei 8.666/93 e legislação pertinente, se manifestada por escrito e dirigida a Comissão, protocolizando o original até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para realização da respectiva sessão pública para abertura dos envelopes de habilitação, nos horários de expediente acima indicado, exclusivamente no seguinte endereço: Rua Tereza Balduino da Nobrega, S/N - Centro - Assunção - PB.

2.4. Caberá à Comissão, auxiliada pelos setores responsáveis pela elaboração deste ato convocatório e seus anexos, decidir sobre a respectiva impugnação, respondendo ao cidadão interessado no prazo de até 03 (três) dias úteis, considerados da data em que foi protocolizada a petição.

2.5. Decairá do direito de impugnar as falhas ou irregularidades que viciariam o ato convocatório deste certame, o licitante que não o fizer por escrito e dirigida a Comissão, protocolizando o original até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas, nos horários de expediente acima indicado, exclusivamente no seguinte endereço: Rua Tereza Balduino da Nobrega, S/N - Centro - Assunção - PB.

3.0. DOS ELEMENTOS PARA LICITAÇÃO

3.1. Aos participantes, serão fornecidos os seguintes elementos:

3.1.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES;

3.1.2. ANEXO II - MODELOS DE DECLARAÇÕES;

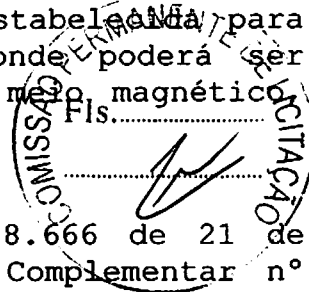
3.1.3. ANEXO III - MODELO DO TERMO DE RENÚNCIA;

3.1.4. ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO;

3.2.A obtenção do instrumento convocatório será feita apenas da seguinte forma:

3.2.1.Pela Internet: www.assuncao.pb.gov.br ou www.tce.pb.gov.br.

3.3.0 Projeto Básico referente ao objeto ora licitado está disponibilizado junto à Secretaria de Educação nos horários normais de expediente, até o último dia útil anterior à data estabelecida para recebimento dos envelopes habilitação e proposta, onde poderá ser examinado e obtido pelos interessados, inclusive em meio magnético observados os procedimentos definidos pelo ORC.



4.0.DO SUPORTE LEGAL

4.1.Esta licitação reger-se-á pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada e legislação pertinente, que ficam fazendo partes integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

5.0.DO PRAZO E DOTAÇÃO

5.1.0 prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nos casos previstos pela Lei 8.666/93, está abaixo indicado e será considerado a partir da emissão da Ordem de Serviço:

Início: 5 (cinco) dias

Conclusão: 90 (noventa) dias

5.3.As despesas decorrentes do objeto da presente licitação, correrão por conta da seguinte dotação:

Recursos do Convênio 0596/2017 e Recursos Próprios do Município de Assunção: 02.060-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO; 02060.12.361.0400.1010 - CONST.AMPLIACAO E REF.DE UNID.ESCOLARES.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES; Fonte 125 Transferências de Convênios - Educação: CONST.AMPLIACAO E REF.DE UNID.ESCOLARES.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES; Fonte 111 Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação.

6.0.DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1.Poderão participar deste certame, os licitantes devidamente cadastrados no ORC ou que atenderem a todas as condições para cadastramento até o terceiro dia anterior à data prevista para o recebimento das propostas, cuja regularidade será observada mediante apresentação do Certificado de Inscrição de Fornecedores e Prestadores de Serviços, ou equivalente na forma da lei, fornecido pelo ORC. Os proponentes deverão entregar a Comissão dois envelopes fechados indicando, respectivamente, DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇOS, devidamente identificados nos termos definidos neste instrumento convocatório.

6.2.A participação neste certame é aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, nos termos da legislação vigente.

6.3.Não poderão participar os interessados que se encontrem sob o regime falimentar, empresas estrangeiras que não funcionem no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou que estejam cumprindo a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com o ORC.

6.4.Os licitantes que desejarem enviar seus envelopes Documentação e Proposta de Preços via postal - com Aviso de Recebimento AR -, deverão

remetê-los em tempo hábil ao endereço constante do preâmbulo deste instrumento, aos cuidados do Presidente da Comissão - Ezequiel Batista Clementino. Não sendo rigorosamente observadas as exigências deste item, os respectivos envelopes não serão aceitos e o licitante, portanto, desconsiderado para efeito de participação no certame.

6.5. Quando observada a ocorrência da entrega apenas dos envelopes junto a Comissão, sem a permanência de representante credenciado na respectiva sessão pública, é facultado ao licitante, não sendo condição para sua habilitação, a inclusão no envelope Documentação, da declaração expressa de renunciar ao direito de interpor recurso e ao prazo correspondente relativo à Fase de Habilitação, concordando com o prosseguimento do certame, previsto no Art. 43, III, da Lei 8.666/93, conforme modelo - Anexo III.

6.6. É vedada à participação em consórcio.

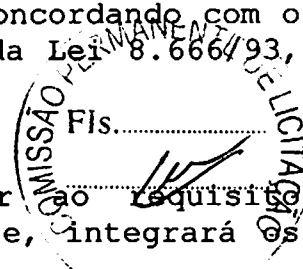
6.7. CONDIÇÃO ESPECÍFICA: O licitante deverá atender ao requisito abaixo e o correspondente comprovante, obrigatoriamente, integrará os elementos do envelope DOCUMENTAÇÃO:

6.7.1. Comprovação de garantia, que deverá ser prestada até o último dia útil que anteceder a licitação, no valor equivalente a R\$ 1.500,00. Caberá ao licitante optar por uma das seguintes modalidades de garantia: a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; b) seguro garantia; c) fiança bancária. A referida garantia deverá ser repassada ao Setor Financeiro do ORC ou outro informado pela Comissão, o qual emitirá o respectivo documento de quitação, válido até o seu resgate que somente poderá ocorrer cinco dias úteis após a homologação da presente licitação.

6.7.2. Comprovação de que o licitante tem pleno conhecimento das condições relativas a natureza da obra ou serviços a serem executados, feita através de declaração formal assinada pelo seu responsável técnico, contendo a identificação da empresa e do signatário, local e data, e basicamente com os seguintes termos: ► "DECLARAMOS sob as penalidades da lei, de que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos relativamente ao objeto da Tomada de Preços nº 00003/2018, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizaremos para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Prefeitura Municipal de Assunção - PB" ◀.

6.7.2.1. No caso do licitante desejar realizar uma visita ao local da obra ou serviços com o acompanhamento de um responsável do ORC, deverá comunicar previamente a Comissão com a devida antecedência, observado o prazo máximo para realização da referida visita, necessária para que seja feito o agendamento junto ao setor competente do órgão.

6.7.3. Comprovação de capacidade técnico-operacional, feita através de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado **em favor da Empresa**, demonstrando aptidão do licitante por execução de serviços em características semelhantes à parcela mais relevante do objeto da presente licitação, abaixo indicada. O referido atestado só será aceito se acompanhado da correspondente Certidão de Acervo Técnico - CAT emitida pelo CREA em nome do respectivo profissional responsável à época. Serão admitidos os atestados referentes à



execução de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior a: Concreto FCK = 20mpa; Alvenaria de Vedação; Estrutura para Telhado de Madeira; Massa Única; Pintura em Paredes; Piso em Granilite.

7.0.DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

7.1.0 licitante deverá se apresentar, para credenciamento junto Comissão, quando for o caso, através de um representante, com os documentos que o credenciam a participar deste procedimento licitatório. Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do certame na forma prevista neste instrumento, podendo ser substituído posteriormente por outro devidamente credenciado.

7.2. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

7.2.1. Tratando-se do representante legal: o instrumento constitutivo da empresa na forma da lei, quando for o caso, devidamente registrado no órgão competente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

7.2.2. Tratando-se de procurador: a procuração por instrumento público ou particular da qual constem os necessários poderes para, firmar declarações, desistir ou apresentar as razões de recurso e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame; acompanhada do correspondente instrumento de constituição da empresa, quando for o caso, que comprove os poderes do mandante para a outorga. Caso a procuração seja particular, deverá ter firma reconhecida por cartório competente.

7.2.3. O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial que contenha foto.

7.3. Estes documentos deverão ser apresentados - antes do início da sessão pública - em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou membro da Comissão.

7.4. A não apresentação ou ainda a incorreção insanável de qualquer dos documentos de credenciamento impedirá a participação ativa do representante do licitante no presente certame. Esta ocorrência não inabilitará o concorrente, apenas perderá o direito a manifestar-se nas correspondentes fases do processo licitatório. Para tanto, a CPL receberá regularmente do referido concorrente seus envelopes, declarações e outros elementos necessários à participação no certame, desde que apresentados na forma definida neste instrumento.

7.5. No momento de abertura da sessão pública, cada licitante, por intermédio do seu representante devidamente credenciado apresentará, em separado de qualquer dos envelopes, a seguinte documentação:

7.5.1. Declaração de Elaboração Independente de Proposta - Anexo II.

7.6. Quando os envelopes Documentação e Proposta de Preços forem enviados via postal, a declaração indicada no item 7.5.1 deverá ser apresentada dentro do envelope Documentação.

8.0.DA HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos necessários à habilitação dos licitantes, deverão ser apresentados em 01 (uma) via, dentro de envelope lacrado, contendo as seguintes indicações no anverso:

DOCUMENTAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS N°. 00003/2018
NOME PROPONENTE
ENDEREÇO E CNPJ DO PROPONENTE



O ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO deverá conter os seguintes elementos:

8.2. PESSOA JURÍDICA:

8.2.1. Comprovação de cadastramento nos termos do item 6.1 deste instrumento.

8.2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ.

8.2.3. Cópia autenticada do registro comercial, no caso de empresa individual

8.2.4. Cópia autenticada ao ato constitutivo, estatuto social, contrato social primitivo e a última alteração contratual ou a última alteração contratual consolidada, devidamente registrado, em se tratando de empresas comerciais, e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus representantes legais

8.2.5. Cópias de CPF e RG dos Sócios ou titulares da empresa.

8.2.6. Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, conforme o caso, relativa à sede e domicílio da licitante, pertinente ao ramo de atividade que exerce (Alvará ou FIC) e compatível como objeto desta Licitação

8.2.7. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social apresentados na forma da Lei, com indicação das páginas correspondentes do livro diário em que o mesmo se encontra, bem como apresentação dos competentes termos de abertura e encerramento, assinados por profissional habilitado e devidamente registrados na junta comercial competente, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

8.2.8. Regularidade para com a Fazenda Federal - Certidão conjunta de quitação de tributos federais e dívida ativa da união - Deverá ser apresentada a Certidão conjunta negativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional que abrange inclusive as contribuições para com a Seguridade Social - INSS.

8.2.9. Certidões negativas das Fazendas Estadual e Municipal da sede do licitante ou outro equivalente na forma da Lei.

8.2.10. Comprovação de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS-CRF, apresentando as correspondentes certidões fornecidas pelo Instituto Nacional do Seguro Social e Caixa Econômica Federal, respectivamente.

8.2.11. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.2.12. Declaração do licitante: de cumprimento do disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal - Art. 27, Inciso V, da Lei 8.666/93; de superveniência de fato impeditivo no que diz respeito à participação na licitação; e de submeter-se a todas as cláusulas e condições do presente instrumento convocatório, conforme modelo - Anexo II.

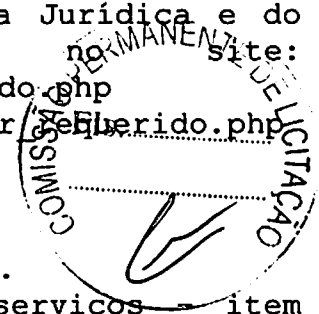
8.2.13. Termo de Renúncia, caso o participante envie apenas seus envelopes, sem representante credenciado e desejar renunciar ao direito de interpor recurso e ao prazo respectivo relativo à Fase de

Habilitação, concordando com o prosseguimento do certame licitatório, conforme modelo - Anexo III.

8.2.14. Certidão negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas.

8.2.15. Comprovação de registro e quitação do licitante e seus responsáveis técnicos, quando for o caso, frente ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia CREA-CRQ, da região da sede do licitante.

8.2.16. As empresas, deverão ainda, apresentar a declaração que nada consta da Pessoa Jurídica e do sócio majoritário da empresa no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas Suspensas (CEIS), obtida no site: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis>>; e Certidão de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade da Pessoa Jurídica e do sócio majoritário da empresa obtidas no site: http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php <[site:%20http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)>



8.3. Documentação específica:

8.3.1. Comprovação de prestação de garantia - item 6.7.1.

8.3.2. Comprovação de visita ao local das obras ou serviços - item 6.7.2.

8.3.3. Comprovação de capacidade técnico-operacional - item 6.7.3.

8.3.4. Comprovação de que o licitante se enquadra nos termos do Art. 3º da Lei 123/06, se for o caso, sendo considerada microempresa ou empresa de pequeno porte e recebendo, portanto, tratamento diferenciado e simplificando na forma definida pela legislação vigente. Tal comprovação poderá ser feita através da apresentação de qualquer um dos seguintes documentos, a critério do licitante: a) declaração expressa formalmente assinada pelo profissional da área contábil, devidamente habilitado; b) certidão simplificada emitida pela junta comercial da sede do licitante ou equivalente, na forma da legislação pertinente. A ausência da referida declaração ou certidão simplificada não é suficiente motivo para a inabilitação do licitante, apenas perderá, durante o presente certame, o direito ao tratamento diferenciado e simplificado dispensado a ME ou EPP, previstos na Lei 123/06.

8.4. Os documentos de Habilitação deverão ser organizados na ordem descrita neste instrumento, precedidos por um índice correspondente, podendo ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, membro da Comissão ou publicação em órgão da imprensa oficial, quando for o caso. Estando perfeitamente legíveis, sem conter borrões, rasuras, emendas ou entrelinhas, dentro do prazo de validade, e encerrados em envelope devidamente lacrado e indevassável. Por ser apenas uma formalidade que visa facilitar os trabalhos, a ausência do índice de que trata este item, não inabilitará o licitante.

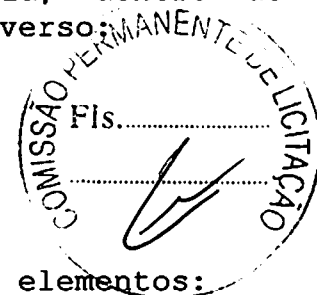
8.5. A falta de qualquer documento exigido, o seu vencimento, a ausência das cópias devidamente autenticadas ou das vias originais para autenticação pela Comissão ou da publicação em órgão na imprensa oficial, a apresentação de documentos de habilitação fora do envelope específico, tornará o respectivo licitante inabilitado. Quando o documento for obtido via Internet sua legalidade será comprovada nos

endereços eletrônicos correspondentes. Poderão ser utilizados, a critério da Comissão os documentos cadastrais de fornecedores, constantes dos arquivos do ORC, para comprovação da autenticidade de elementos apresentados pelos licitantes, quando for o caso.

9.0.DA PROPOSTA

9.1.A proposta deverá ser apresentada em 01(uma) via, dentro de envelope lacrado, contendo as seguintes indicações no anverso:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO
PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº. 00003/2018
NOME DO PROPONENTE
ENDEREÇO E CNPJ DO PROPONENTE



O ENVELOPE PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter os seguintes elementos:

9.2.Proposta elaborada em consonância com as especificações constantes deste instrumento e seus elementos - Anexo I -, em papel timbrado da empresa, quando for o caso, devidamente assinada por seu representante, contendo no correspondente item cotado: discriminação, marca e/ou modelo e outras características se necessário, o quantitativo e os valores unitário e total expressos em algarismos.

9.3.Será cotado um único preço, marca, modelo para cada item, com a utilização de duas casas decimais. Indicações em contrário estão sujeitas a correções observando-se os seguintes critérios:

9.3.1.Falta de dígitos: serão acrescentados zeros;

9.3.2.Excesso de dígitos: sendo o primeiro dígito excedente menor que 5, todo o excesso será suprimido, caso contrário haverá o arredondamento do dígito anterior para mais e os demais itens excedentes suprimidos.

9.4.No caso de aquisição de bens, a quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, não deverá ser inferior a 100% da estimativa detalhada no correspondente Termo de Referência - Anexo I. Disposição em contrário não desclassifica automaticamente a proposta apenas o respectivo item será desconsiderado.

9.5.A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa e em moeda nacional, elaborada com clareza, sem alternativas, rasuras, emendas e/ou entrelinhas. Suas folhas rubricadas e a última datada e assinada pelo responsável, com indicação: do valor total da proposta em algarismos, dos prazos de entrega ou execução, das condições de pagamento, da sua validade que não poderá ser inferior a 60 dias, e outras informações e observações pertinentes que o licitante julgar necessárias.

9.6.Existindo discrepância entre o preço unitário e o valor total, resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá.

9.7.Fica estabelecido que havendo divergência de preços unitários para um mesmo produto ou serviço, prevalecerá o de menor valor.

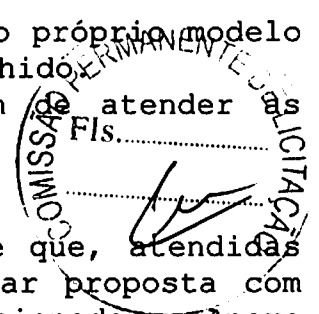
9.8.No caso de alterações necessárias da proposta feitas pela Comissão, decorrentes exclusivamente de incorreções na unidade de medida utilizada, observada a devida proporcionalidade, bem como na multiplicação e/ou soma de valores, prevalecerá o valor corrigido.

9.9.A não indicação na proposta dos prazos de entrega ou execução, das condições de pagamento ou de sua validade, ficará subentendido que o licitante aceitou integralmente as disposições do instrumento

convocatório e, portanto, serão consideradas as determinações nele contidas para as referidas exigências não sendo suficiente motivo para a desclassificação da respectiva proposta.

9.10.É facultado ao licitante, apresentar a proposta no próprio modelo fornecido pelo ORC, desde que esteja devidamente preenchido.

9.11.Serão desclassificadas as propostas que deixarem de atender as disposições deste instrumento.



10.0.DO CRITÉRIO PARA JULGAMENTO

10.1.Será declarado vencedor deste certame o licitante que, atendidas todas as exigências do presente instrumento, apresentar proposta com menor valor global no correspondente item cotado, relacionado no Anexo I - Termo de Referência -, na coluna código.

10.2.Havendo igualdade de valores entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto nos Arts. 44 e 45 da Lei Complementar 123/06 e no Art. 3º, §2º, da Lei 8.666/93, a classificação se fará através de sorteio.

10.3.Na presente licitação será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

10.4.Para efeito do disposto neste instrumento, entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

10.5.Ocorrendo a situação de empate conforme acima definida, proceder-se-á da seguinte forma:

10.5.1.A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

10.5.2.Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item anterior, serão convocadas as demais remanescentes que por ventura se enquadrem na situação de empate acima definida, na ordem de classificação, para exercício do mesmo direito;

10.5.3.No caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido como situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.6.Na hipótese de não-contratação nos termos acima previstos, em que foi observada a situação de empate e assegurado o tratamento diferenciado a microempresa e empresa de pequeno porte, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

10.7.A situação de empate, na forma acima definida, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

11.0.DA ORDEM DOS TRABALHOS

11.1.Para o recebimento dos envelopes e início dos trabalhos será observada uma tolerância de 15 (quinze) minutos após o horário fixado. Encerrado o prazo para recebimento dos envelopes, nenhum outro será aceito.

11.2.Declarada aberta à sessão pública pelo Presidente, será efetuado o devido credenciamento dos interessados. Somente participará

ativamente da reunião um representante de cada licitante, podendo, no entanto, ser assistida por qualquer pessoa que se interessar.

11.3.0 não comparecimento do representante de qualquer dos licitantes não impedirá a efetivação da reunião, sendo que, a simples participação neste certame implica na total aceitação de todas as condições estabelecidas neste Instrumento Convocatório e seus anexos.

11.4. Em nenhuma hipótese será concedido prazo para a apresentação de documentação e/ou substituição dos envelopes ou de qualquer elemento exigido e não apresentado na reunião destinada à habilitação.

11.5. A Comissão receberá de cada representante os envelopes Documentação e Proposta de Preços, e rubricará juntamente com os participantes os fechos do segundo.

11.6. Posteriormente abrirá os envelopes Documentação, rubricará o seu conteúdo e solicitará dos licitantes que examinem a documentação neles contidas. Quaisquer impugnações levantadas deverão ser comunicadas a Comissão, que as consignará na Ata de reunião.

11.7. Prosseguindo os trabalhos, a Comissão analisará os documentos e as impugnações porventura formuladas pelos licitantes, dando-lhes ciência, em seguida, do resultado da Fase de Habilitação. Entretanto, se assim julgar necessário, poderá divulgar o resultado numa nova reunião, registrando-se na Ata, ou mediante publicação na imprensa oficial ou ainda emitindo aviso por escrito, observada, nestes casos, a devida antecedência necessária - não inferior a 48 (quarenta e oito) horas.

11.8. Ocorrendo à desistência expressa dos licitantes ao direito de recorrer na Fase de Habilitação, conforme previsto no Art. 43, III, da Lei 8.666/93, na mesma sessão poderá haver a abertura dos envelopes Propostas, caso contrário será marcada nova data, com observância ao prazo recursal estabelecido na legislação pertinente.

11.9. O envelope Proposta de Preços, devidamente fechado e lacrado, será devolvido ao licitante inabilitado, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação.

11.10. Encerrada a Fase de Habilitação e observados os ditames deste instrumento, a Comissão procederá então à abertura dos envelopes Proposta de Preços dos proponentes declarados habilitados, rubricará o seu conteúdo e facultará o exame da documentação neles contidas a todos os participantes, os quais poderão efetuar impugnações, devidamente consignadas na Ata de reunião, quando for o caso.

11.11. A Comissão examinará os elementos apresentados, as observações eventualmente apontadas, declarando, em seguida, vencedor o licitante que, atendidas as exigências e considerados os critérios definidos neste instrumento, apresentar proposta mais vantajosa para o ORC.

11.12. Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas todas as ocorrências e que, ao final, será assinada pela Comissão e licitantes presentes.

11.13. Em decorrência da Lei Complementar 123/06, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, observando-se o seguinte procedimento:

11.13.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, dentre os documentos enumerados neste instrumento para efeito de Habilitação e integrantes do envelope Documentação, mesmo que esta apresente alguma restrição;

11.13.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, a critério do ORC, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

11.13.3. A não-regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81, da Lei 8.666/93, sendo facultado ao ORC convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

12.0. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

12.1. Havendo proposta com valor para o respectivo item relacionado no Anexo I - Termo de Referência - Especificações, na coluna código, superior ao estimado pelo ORC ou manifestamente inexequível nos termos do Art. 48, II, §1º e §2º, da Lei 8.666/93; o mesmo será desconsiderado. Esta ocorrência não desclassifica automaticamente a proposta, quando for o caso, apenas o item correspondente.

12.2.0 valor estimado que o ORC se propõe a pagar pelo objeto ora licitado - Valor de Referência, está indicado no respectivo elemento deste instrumento - ANEXO I.

13.0. DOS RECURSOS

13.1. Dos atos decorrentes deste procedimento licitatório, caberão recursos nos termos do Art. 109 da Lei Federal n.º 8.666/93.

13.2.0 recurso será dirigido à autoridade superior do ORC, por intermédio da Comissão, devendo ser protocolizado o original, nos horários normais de expediente das 08:00 as 12:00 horas, exclusivamente no seguinte endereço: Rua Tereza Balduino da Nobrega, S/N - Centro - Assunção - PB.

14.0. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

14.1. Concluído o julgamento das propostas apresentadas, a Comissão emitirá relatório conclusivo dos trabalhos desenvolvidos no certame, remetendo-o a autoridade superior do ORC, juntamente com os elementos constitutivos do processo, necessários à Homologação e Adjudicação da respectiva licitação, quando for o caso.

14.2. A autoridade superior poderá, no entanto, tendo em vista sempre a defesa dos interesses do ORC, discordar e deixar de homologar, total ou parcialmente, o resultado apresentado pela Comissão, revogar ou considerar nula a Licitação, desde que apresente a devida fundamentação exigida pela legislação vigente, resguardados os direitos dos licitantes.

15.0. DO CONTRATO

15.1. Após a homologação pela Autoridade Superior do ORC, o licitante vencedor será notificado para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos da data de recebimento da notificação, assinar o respectivo contrato, quando for o caso, elaborado em conformidade com as modalidades permitidas pela Lei Federal n.º 8.666/93, podendo o mesmo sofrer alterações na forma definida pela referida Lei.

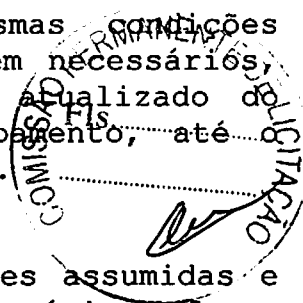
15.2. Não atendendo à convocação para assinar o contrato, e ocorrendo esta dentro do prazo de validade de sua proposta, o licitante perderá

todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.

15.3.É permitido ao ORC, no caso do licitante vencedor não comparecer para assinatura do contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições do licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, ou revogar a presente licitação.

15.4.O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, do tipo empreitada por preço global, poderá ser alterado, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no Art. 65 e será rescindido, de pleno direito, conforme o disposto nos Arts. 77, 78 e 79 da Lei 8.666/93.

15.5.O Contratado fica obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou equipamento, até limite de 50% (cinquenta por cento) para seus acréscimos.



16.0.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1.A recusa injusta em deixar de cumprir as obrigações assumidas e preceitos legais, sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades previstas nos Arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93: a - advertência; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato por dia de atraso na entrega, no início ou na execução do objeto ora contratado; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pela inexecução total ou parcial do contrato; d - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até 02 (dois) anos; e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade; f - simultaneamente, qualquer das penalidades cabíveis fundamentadas na Lei 8.666/93.

16.2.Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

16.3.Após a aplicação de quaisquer das penalidades previstas, realizar-se-á comunicação escrita ao Contratado, e publicado na imprensa oficial, excluídas as penalidades de advertência e multa de mora quando for o caso, constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado no cadastro correspondente.

17.0.DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

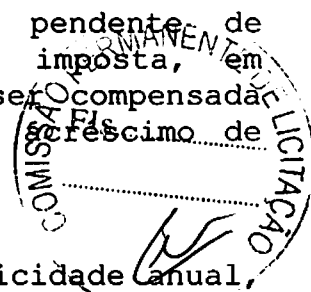
17.1.A comprovação de execução pelo ORC do objeto licitado, observadas suas características, se fará mediante recibo ou equivalente emitido por funcionário ou comissão específica devidamente designados, após a verificação da quantidade, qualidade e outros aspectos inerentes nos termos deste instrumento, das normas técnicas e legislação pertinentes, e consequente aceitação.

18.0.DO PAGAMENTO

18.1.0 pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

18.2.0 desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

18.3. Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a ressarcimento de qualquer natureza.



19.0. DO REAJUSTAMENTO

19.1.0 valor contratual poderá ser reajustado com periodicidade anual, mediante acordo, tomando-se por base o mês de assinatura do respectivo contrato, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua.

19.2.0 ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 65, Inciso II, Alínea d, da Lei 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

20.0. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Não será devida aos proponentes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao certame, qualquer tipo de indenização.

20.2. Nenhuma pessoa física, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma Licitante.

20.3. A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

20.4. Caso as datas previstas para a realização dos eventos da presente licitação sejam declaradas feriado, e não havendo ratificação da convocação, ficam transferidos automaticamente para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora anteriormente previstos.

20.5. Ocorrendo a supressão de serviços, se o Contratado já houver adquirido os materiais e postos no local de trabalho, os mesmos deverão ser pagos pelo ORC, pelo preço de aquisição regularmente comprovado, desde que sejam de boa qualidade e aceitos pela fiscalização.

20.6. Os preços unitários para a realização de novos serviços surgidos durante a execução do contrato, serão propostos pelo Contratado e submetidos à apreciação do ORC. A execução dos serviços não previstos será regulada pelas condições e cláusulas do contrato original.

20.7. O ORC por conveniência administrativa ou técnica, se reserva no direito de paralisar a qualquer tempo a execução dos serviços, cientificando devidamente o Contratado.

20.8. Decairá do direito de impugnar perante o ORC nos termos do presente instrumento, aquele que, tendo-o aceitado sem objeção, venha

a apresentar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciaram hipótese em que tal comunicado não terá efeito de recurso.

20.9. Nos valores apresentados pelos licitantes, já deverão estar incluídos os custos com aquisição de material, mão-de-obra utilizada, impostos, encargos, fretes e outros que venham a incidir sobre os respectivos preços.

20.10. Este instrumento convocatório e todos os seus elementos constitutivos, estão disponibilizados em meio magnético, podendo ser obtidos junto a Comissão, observados os procedimentos definidos pelo ORC.

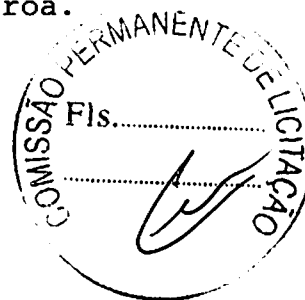
20.11. As dúvidas surgidas após a apresentação das propostas e os casos omissos neste instrumento, ficarão única e exclusivamente sujeitos a interpretação da Comissão, sendo facultada a mesma ou a autoridade superior do ORC, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

20.12. Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame, excluído qualquer outro, o foro competente é o da Comarca de Taperoa.

Assunção - PB, 17 de Maio de 2018.



EZEQUIEL BATISTA CLEMENTINO
Presidente da Comissão





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



ANEXO I - TOMADA DE PREÇOS N° 00003/2018

TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES

1.0. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação: Contratação de empresa de engenharia para a execução das obras de Ampliação da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Evandir Gonçalves de Oliveira, através do Convênio n° 0596/2017 firmado entre a Secretaria de Estado da Educação - SEE e a Prefeitura Municipal de Assunção - PB..

2.0. JUSTIFICATIVA

2.1. Considerando as necessidades do ORC, tem o presente termo a finalidade de definir, técnica e adequadamente, os procedimentos necessários para viabilizar a contratação em tela. As características e especificações do objeto ora licitado são:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	P. UNITÁRIO	P. TOTAL
1	Contratação de empresa de engenharia para a execução das obras de Ampliação da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Evandir Gonçalves de Oliveira, através do Convênio n° 0596/2017 firmado entre a Secretaria de Estado da Educação - SEE e a Prefeitura Municipal de Assunção - PB.	UND	1	150.000,00	150.000,00
Total					150.000,00

3.0. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

3.1. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

3.2. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento.

3.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

3.4. Manter, durante a vigência do contrato ou instrumentos equivalente, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, se for o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

3.5. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação.

3.6. Executar todas as obrigações assumidas com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

4.0. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

4.1. Havendo proposta com valor global superior ao estimado pelo ORC ou manifestamente inexequível nos termos do Art. 48, II, §1º e §2º, da Lei 8.666/93, o mesmo será desconsiderado. Esta ocorrência não desclassifica automaticamente a proposta, quando for o caso, apenas o item correspondente, relacionado neste anexo.

4.2. O valor estimado que o ORC se propõe a pagar pelo objeto ora licitado - Valor de Referência -, está acima indicado.

5.0. MODELO DA PROPOSTA

5.1. É parte integrante deste Termo de Referência o modelo de proposta de preços correspondente, podendo o licitante apresentar a sua proposta no próprio modelo fornecido, desde que seja devidamente preenchido, conforme faculta o instrumento convocatório - Anexo 01.

JOÃO PAULO BERNARDO DA SILVA
SECRETÁRIO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO
AJDS-Construção e Consultoria Eireli-ME

OBRA: Ampliação da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Evandir Gonçalves de Oliveira

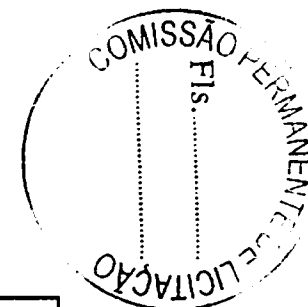
LOCAL: Rua Projetada, S/N, Conjunto José de Assis Pimenta, Cep.: 58.685-000, Assunção - P

DATA: 12/2017

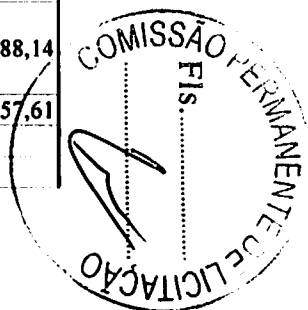
OBS.: 1. Preços adotados de acordo com a tabela SINAPI Outubro/2017.

ÁREA DE CONSTRUÇÃO: 460,00m²

BDI: 18,85%



ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QUANT	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	CÓDIGO SINAPI	PREÇO TOTAL
1	SERVIÇOS PRELIMINARES						5.726,60
1.1	Instalações Provisórias						
1.1.1	Placa indicativa da obra	m²	10,00	292,38	347,49	74209/001	3.474,87
1.1.2	Locação da obra	m²	218,28	8,68	10,32	73992/001	2.251,74
2	INFRA-ESTRUTURA						46.102,45
2.1	Escavações						
2.1.1	Escavação manual de valas. af_03/2016	m³	23,94	46,48	55,24	93358	1.322,45
2.2	Aterro						
2.2.1	Reaterro manual de valas com compactação mecanizada. af_04/2016	m³	23,94	16,41	19,50	93382	466,90
2.2.2	Reaterro manual com apiloamento. af_10/2017	m³	103,54	28,18	33,49	96995	3.467,68
2.3	Alvenaria						
2.3.1	Alvenaria pedra granítica argamassada traço (1:5) - 1 saco cimento 50kg / 5 padiolas areia dim. 0,35x0,45x0,23m - Confeção mecânica e transporte	m²	19,15	315,80	375,32	00093/ORSE	7.188,14
2.3.2	Alvenaria embasamento e=20 cm bloco concreto	m²	8,69	286,24	340,19	83518	2.957,61
2.4	Concreto						



PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO
AJDS-Construção e Consultoria Eireli-ME

OBRA: Ampliação da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Evandir Gonçalves de Oliveira

LOCAL: Rua Projetada, S/N, Conjunto José de Assis Pimenta, Cep.: 58.685-000, Assunção - P

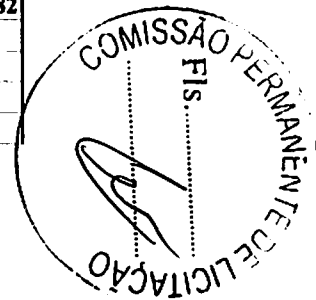
DATA: 12/2017

OBS.: 1. Preços adotados de acordo com a tabela SINAPI Outubro/2017.

ÁREA DE CONSTRUÇÃO: 460,00m²

BDI: 18,85%

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QUANT	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	CÓDIGO SINAPI	PREÇO TOTAL
2.4.1	Concreto fck = 20mpa, traço 1:2,7:3 (cimento/ areia média/ brita 1) reparo mecânico com betoneira 400 l. af_07/2016	m ³	100,20	257,72	306,29	94964	30.690,66
2.4.2	Lastro de concreto magro, aplicado em blocos de coroamento ou sapatas, espessura de 3 cm. af_08/2017	m ³	0,72	10,53	12,51	96617	9,01
3	SUPER - ESTRUTURA						5.328,21
3.1	Concreto Armado						
3.1.1	Concretagem de pilares, fck = 25 mpa, com uso de baldes em edificação com seção média de pilares menor ou igual a 0,25 m ² - lançamento, adensamento e acabamento. af_12/2015	m ³	2,02	436,07	518,26	92718	1.046,88
3.1.2	Concreto fck = 20mpa, traço 1:2,7:3 (cimento/ areia média/ brita 1) reparo mecânico com betoneira 400 l. af_07/2016	m ³	2,02	1.786,89	2.123,68	94964	4.281,33
4	PAREDES E PAINÉIS						20.705,66
4.1	Execução de Alvenaria						
4.1.1	Alvenaria de vedação de blocos cerâmicos furados na horizontal de 9x19x19cm (espessura 9cm) de paredes com área líquida maior ou igual a 6m ² sem vãos e argamassa de assentamento com preparo manual. af_06/2014	m ²	398,40	43,73	51,97	87504	20.705,66
5	ESQUADRIAS, FERRAGENS E VIDROS						6.089,82
5.1	Esquadrias						
5.1.1	Portas de Madeira						



PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO
AJDS-Construção e Consultoria Eireli-ME

OBRA: Ampliação da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Evandir Gonçalves de Oliveira

LOCAL: Rua Projetada, S/N, Conjunto José de Assis Pimenta, Cep.: 58.685-000, Assunção - P

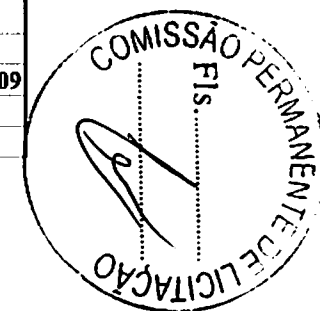
DATA: 12/2017

OBS.: 1. Preços adotados de acordo com a tabela SINAPI Outubro/2017.

ÁREA DE CONSTRUÇÃO: 460,00m²

BDI: 18,85%

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QUANT	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	CÓDIGO SINAPI	PREÇO TOTAL
5.1.1.1	Kit de porta de madeira para pintura, semi-oca (leve ou média), padrão médio, 80x210cm, espessura de 3,5cm, itens inclusos: dobradiças, montagem e instalação do batente, fechadura com execução do furo - fornecimento e instalação. af_08/2015	und	3,00	649,81	772,28	90843	2.316,85
5.1.2	Janelas						
5.1.2.1	Janela de alumínio maxim-ar, fixação com argamassa, com vidros, padronizada. af_07/2016	m²	9,90	320,67	381,11	94559	3.772,97
6	COBERTURAS						17.945,11
6.1	Estrutura para Telhado (madeira ou metálica)						
6.1.1	Trama de madeira composta por ripas, caibros e terças para telhados de até 2 águas para telha cerâmica capa-canal, incluso transporte vertical. af_12/2015	m²	186,45	60,97	72,46	92541	13.510,42
6.2	Telhas						
6.2.1	Telhamento com telha cerâmica capa-canal, tipo plan, com até 2 águas, incluso transporte vertical. af_06/2016	m²	186,45	18,28	21,73	94445	4.050,69
6.3	Cumeeira						
6.3.1	Cumeeira para telha cerâmica emboçada com argamassa traço 1:2:9 (cimento, cal e areia) para telhados com até 2 águas, incluso transporte vertical. af_06/2016	m	27,95	11,56	13,74	94221	384,00
7	REVESTIMENTOS E FORROS						19.643,09
7.1	Revestimentos Internos e Externos						



PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO
AJDS-Construção e Consultoria Eireli-ME

OBRA: Ampliação da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Evandir Gonçalves de Oliveira

LOCAL: Rua Projetada, S/N, Conjunto José de Assis Pimenta, Cep.: 58.685-000, Assunção - P

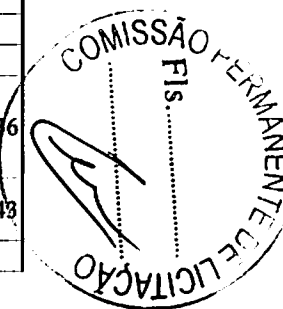
DATA: 12/2017

OBS.: 1. Preços adotados de acordo com a tabela SINAPI Outubro/2017.

ÁREA DE CONSTRUÇÃO: 460,00m²

BDI: 18,85%

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QUANT	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	CÓDIGO SINAPI	PREÇO TOTAL
7.1.1	Chapisco aplicado em alvenarias e estruturas de concreto internas, com colher de pedreiro. argamassa traço 1:3 com preparo manual. af_06/2014	m ²	360,04	2,59	3,08	87878	1.108,26
7.1.2	Massa única, para recebimento de pintura ou cerâmica, em argamassa industrializada, preparo mecânico, aplicado com equipamento de mistura e projeção de 1,5 m ³ /h de argamassa em faces internas de paredes, espessura de 10mm, sem execução de taliscas. af_06/2014	m ²	360,04	21,33	25,35	87561	9.127,08
7.1.3	Revestimento cerâmico para parede, 10 x 10 cm, Eliane, linha galeria branco mesh, pei - 3, aplicado com argamassa industrializada ac-ii, rejuntado, exclusive regularização de base ou emboço	m ²	114,38	42,43	50,43	11369/ORSE	5.767,84
7.2	Forro de Gesso						
7.2.1	Forro em placas de gesso, para ambientes residenciais. af_05/2017	m ²	118,80	25,78	30,64	96109	3.639,90
8	PINTURAS						6.823,75
8.2	Pintura à Base de Óleo em Esquadrias						
8.2.1	Pintura esmalte brilhante para madeira, duas demaos, sobre fundo nivelador branco	m ²	10,08	16,53	19,65	74065/003	198,03
8.3	Pintura em Paredes e Tetos						
8.3.1	Aplicação manual de pintura com tinta látex pva em paredes, duas demão s. af_06/2014	m ²	360,04	7,54	8,96	79334/001	3.226,36
8.3.2	Aplicação manual de pintura com tinta látex pva em paredes, duas demão s. af_06/2014	m ²	19,80	7,54	8,96	79334/001	177,43



PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO
AJDS-Construção e Consultoria Eireli-ME

OBRA: Ampliação da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Evandir Gonçalves de Oliveira

LOCAL: Rua Projetada, S/N, Conjunto José de Assis Pimenta, Cep.: 58.685-000, Assunção - P

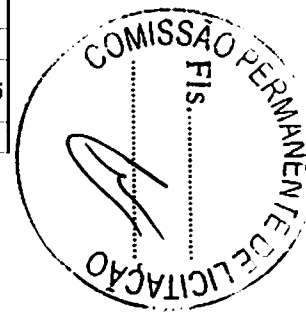
DATA: 12/2017

OBS.: 1. Preços adotados de acordo com a tabela SINAPI Outubro/2017.

ÁREA DE CONSTRUÇÃO: 460,00m²

BDI: 18,85%

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QUANT	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	CÓDIGO SINAPI	PREÇO TOTAL
8.4	Pintura em Madeiramento da Coberta						
8.4.1	Pintura imunizante para madeira, duas demãos		186,45	14,54	17,28	84679	3.221,94
9	PAVIMENTAÇÃO						16.045,24
9.1	Pavimentações Internas						
9.1.1	Piso em granilite, marmorite ou granitina espessura 8 mm, incluso juntas de dilatacao plasticas	m ²	159,23	84,79	100,77	84191	16.045,24
10	INST. ELÉTRICAS, TELEFÔNICAS E MECÂNICAS						5.125,16
12.1	Instalações Elétricas						
10.1.1	Interruptor simples (2 módulos), 10a/250v, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação. af_12/2015	ud	3,00	23,74	28,21	91959	84,64
10.1.2	Luminária tipo calha, de sobrepor, com reator de partida rápida e lampa da fluorescente 2x40w, completa, fornecimento e instalação	ud	18,00	91,58	108,84	73953/006	1.959,13
10.1.3	Ponto de iluminação residencial incluindo interruptor simples, caixa elétrica, eletroduto, cabo, rasgo, quebra e chumbamento (excluindo luminária e lâmpada). af_01/2016	pt	18,00	79,86	94,91	93128	1.708,41
10.1.4	Ponto de tomada residencial incluindo tomada 10a/250v, caixa elétrica eletroduto, cabo, rasgo, quebra e chumbamento. af_01/2016	pt	12,00	96,27	114,41	93141	1.372,97
11	ELEMENTOS DECORATIVOS/MOBILIÁRIO						106,95
11.1	Mobiliário						
11.1.1	Pintura de quadro escolar com tinta esmalte acabamento fosco, duas demãos sobre massa acrílica	m ²	9,90	9,09	10,80		106,95



PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO
AJDS-Construção e Consultoria Eireli-ME

OBRA: Ampliação da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Evandir Gonçalves de Oliveira

LOCAL: Rua Projetada, S/N, Conjunto José de Assis Pimenta, Cep.: 58.685-000, Assunção - P

DATA: 12/2017

OBS.: 1. Preços adotados de acordo com a tabela SINAPI Outubro/2017.

ÁREA DE CONSTRUÇÃO: 460,00m²

BDI: 18,85%

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QUANT	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	CÓDIGO SINAPI	PREÇO TOTAL
12	LIMPEZA/ ENTREGA DA OBRA						357,94
12.1	Limpeza						
12.1.1	Limpeza e entrega da obra	m ²	165,48	1,82	2,16	9537	357,94
TOTAL RS							150.000,00





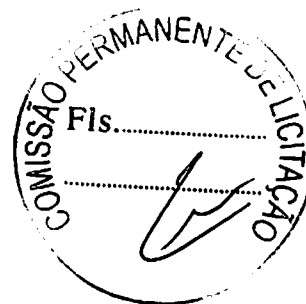
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO - PB

Ampliação da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Evandir Gonçalves de Oliveira

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	VALOR (R\$)
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	5.726,60			5.726,60
2	INFRA-ESTRUTURA	23.051,23	23.051,23		46.102,45
3	SUPER-ESTRUTURA	5.328,21			5.328,21
4	PAREDE E PAINÉS	6.901,89	6.901,89	6.901,89	20.705,66
5	ESQUADRIAS	3.044,91	3.044,91		6.089,82
6	COBERTURAS	5.981,70	5.981,70	5.981,70	17.945,11
7	REVESTIMENTOS E FORROS		9.821,54	9.821,54	19.643,09
8	PINTURAS		3.411,88	3.411,88	6.823,75
9	PAVIMENTAÇÃO			16.045,24	16.045,24
10	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, TELEFÔNICAS E MECÂNICAS			5.125,16	5.125,16
11	ELEMENTOS DECORATIVOS/MOBILIÁRIO			106,95	106,95
12	LIMPEZA/ENTREGA DA OBRA			357,94	357,94
TOTAL (R\$)					150.000,00
CUSTO MENSAL (R\$)		50.034,55	52.213,15	47.752,30	
PERCENTUAL MENSAL (%)		33,36	34,81	31,83	
CUSTO ACUMULADO (R\$)		50.034,55	102.247,70	150.000,00	
PERCENTUAL ACUMULADO (%)		33,36	68,17	100,00	





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO
MEMORIAL DESCRITIVO

Obra: Ampliação da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Evandir Gonçalves de Oliveira

Local: Rua Projetada, S/N, Conjunto José de Assis Pimenta, Cep.: 58.685-000, Assunção - PB

1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O ato de projetar uma Escola Padrão representa um modelo de atribuir materialidade ao ideal ou conceitual onde esta transação se dá a partir do desenvolvimento de um partido, destinado a utilização humana que se incorpore no solo com caráter de permanência.

Nesse contexto para definir o projeto, a integração do usuário, o ambiente construído, o ambiente natural, a metodologia educacional, a utilização de recursos materiais e técnicas dos conceitos de sustentabilidade traçam um caminho de crescimento criativo, evolutivo e inovador nas exigências de um mundo de produção, onde as crianças e jovens precisam de novas técnicas educativas, aplicáveis no espaço da sala de aula e os educadores, devem fomentar uma estrutura sólida para edificar a nova casa da educação e do desenvolvimento “A Escola.”

Para ampliar o Projeto da Escola Padrão partimos do significado de Educar que é desenvolver a sabedoria interior, ou seja, é deixar surgir o homem e sua possibilidade.

Parâmetros básicos foram pontuados na concepção da Escola Padrão com referências a nortear as novas construções.

2 – Requisitos a Considerar.

Aspectos decorrentes das circunstâncias pré-existentes e que influenciam nas decisões arquitetônicas, caracterizam determinantes para seleção dos terrenos compatíveis a implantação do edifício escolar, à considerar as condições do sítio, infra-estrutura existente, legislação em vigor, o



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO



entorno construído, os aspectos sócio-culturais e econômicos e as condicionantes físico-climáticas e ambientais, como ventos dominantes, topografia e proximidades de zonas industriais com índice de poluição significativos, fatores relevantes para seleção dos terrenos. As Escolas devem situar-se em zonas consolidadas urbanisticamente e que ofereçam adequadas condições de segurança e salubridade. Considerar uma faixa envolvente com distância de 12m a proibição de edificar qualquer outra construção. Essa linha de orientação possibilita as condicionantes urbanas e climáticas específicas da zona em estudo, sem prejudicar as condições ambientais da edificação escolar.

Terrenos apropriados devem ter a disponibilidade de infraestrutura urbana, isto é, existência de saneamento básico, de rede elétrica, rede telefônica, transporte público coletivo compatíveis e evitar terrenos inundáveis e oriundos de aterro sanitário.

2.1 – Exigências Funcionais

O conjunto construído deve constituir um todo homogêneo e harmonioso, sendo a qualidade da sua concepção depender do nível de adequação e desempenho de seus ambientes dentro dos aspectos ambientais de ordem técnica, funcional e estética o tratamento dos espaços e o enquadramento paisagístico, fatores a considerar para o desenvolvimento da sensibilidade do alunado.

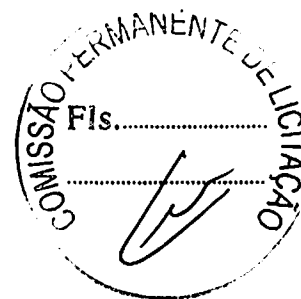
Dentre as necessidades incorporar o conceito de escola inclusiva, isto é, ambientes planejados para assegurar acessibilidade universal, considerando que lhe deve ser facultada a possibilidade de acesso a todos os espaços de ensino, de apoio e sociais tanto no interior e exterior da edificação.

O bem-estar e o aproveitamento dos alunos estão condicionados pelos níveis de conforto do ambiente como: conforto térmico, qualidade do ar, conforto acústico, segurança, proteção ao meio ambiente, eficiência energética e eficiência dos recursos hídricos.

3. Programação dos Espaços e dimensionamento.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO



Considerando que a escola é um local de formação e sua natureza de uso traz no desenho esse objetivo propomos caracterizar com evidência na arquitetura, que abriga e proporciona as mais variadas relações, condicionadas a partir de seu uso. Os espaços projetados com finalidades diferentes estimulam e destinam a atividades diversificadas. A programação e o dimensionamento do referido projeto para ampliação da Escola Padrão tem como finalidade proporcionar uma flexibilidade construtiva.

3.1. Organização Espacial.

O modelo identifica parâmetros essenciais para o estabelecimento de um ambiente escolar que incorpore em sua arquitetura, espaços flexíveis e aglutinadores, que ofereçam condições compatíveis e com adequado grau de funcionalidade ao desenvolvimento da proposta pedagógica. Estabelece uma organização unificada implantada em um terreno que varia entre 180 m² para 03 salas de aula.

O projeto proposto apresenta 3 salas de aula e circulação. A sala de aula é um espaço determinante e de uso ocupacional mais frequente de aproximadamente 30 a 40 alunos. a ventilação cruzada e iluminação natural redirecionada por aberturas suficientes, evitando o uso da luz artificial durante o dia.

3.2 Aspectos Construtivos

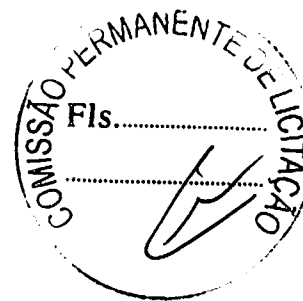
No corpo principal da edificação utilização de alvenaria convencional, tijolo, e concreto no fechamento final e o uso de diversos materiais que auxiliam na composição de vidro, ferro, madeira, todos esses dispostos de uma maneira para expressar o conceito.

Paredes em alvenaria de blocos cerâmicos comuns.

Telha cerâmica, tipo canal, de primeira sobre estrutura de madeira .



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO



Garantia de acessibilidade aos PNEs, portadores de necessidades especiais em consonância com a ABNT NBR 9050.

Utilização de técnicas e materiais de construção valorizando as reservas regionais com enfoque na sustentabilidade.

A compreensão da arquitetura das salas será um valioso instrumento de aprendizagem e essa vivência como projetada para uma função tão especial, suas cores, efeitos texturais, sua orientação e solidez, são elementos que podem ser explicados para o aluno.

Essa arquitetura será representativa dos valores, expectativas e necessidades daqueles que vivenciam o espaço, respeitando suas diferenças e suas fases de desenvolvimento, compreendendo suas atividades e relações com o ambiente.

4.0 Especificações, Materiais de Acabamentos e Cores.

Alvenarias internas e externas.

- Alvenaria de ½ vez com tijolos de 8 furos, e=15cm, assentadas com argamassa de 1:2:8 (cal,cimento e areia). Todas as alvenarias de elevação da edificação, conforme planta baixa, cortes e fachadas do projeto apresentado.

-Pilares estruturais- (interno e externo)- acabamento em pintura lavável, sobre massa corrida, na cor primária conforme mostra em projeto, acima de 1,60 de altura.

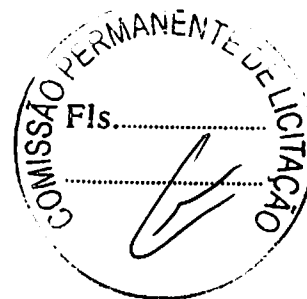
-**Portas e Forras**- acabamento em madeira, com pintura em esmalte sintético acetinado (interno e externo), com fundo branco fosco, na cor cinza platina.

-**Esquadrias de Ferro/ vidro (Básculas)** - acabamento em ferro, tipo básculas, com pintura sobre fundo zarcão anti-corrosivo e esmalte sintético acetinado, na cor platina. Vidro com 4mm de espessura.

-**Elementos vazados**- acabamento em concreto de dimensões (30x.30x .9)cm,pintura a cal , na cor branco neve.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO



-Cobertura- acabamento em estrutura de madeira em todas as salas. .Madeiramento , apenas caibros e ripas no recreio coberto, apoiado sobre estrutura de madeira.

-Telhas- coberta em telha de cerâmica prensada de primeira, tipo canal, inclusive o capote Emboçamento de cumeeira para telha cerâmica. Ver planta de locação e coberta.

-Revestimentos - Azulejo branco (.11x.11 cm) , rejuntado com pasta de cimento branco, nas 03 salas de aula o revestimento irá até 1.60m

Chapisco de aderência para alvenarias verticais traço 1:3(cimento e areia) com 5mm de espessura.

Revestimento em superfície vertical em cerâmica impermeável com dimensões (10x10cm), nas alvenarias internas das salas de aula.

Pavimentação.

Piso em granilite, moldado no local, com acabamento polido (e= 10mm) em quadrados 1,00x1,00m com junta plástica branca sentados em todos os ambientes exceto onde for o piso cerâmico.

-Pintura.

Portas e forras/ janelas de ferro/portões e gradis de ferro, com base anticorrosivo.- pintura em esmalte sintético acetinado.

Espaços internos e externos acima das barras em texturas, e elementos vazados.

Madeira da coberta- pintura em toda madeira com tratamento cupinicida.

- INSTALAÇÕES ELÉTRICAS:

Instalações Elétricas:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO



Iluminação – a iluminação dos ambientes deverá ser calculada dentro dos índices estabelecidos pelas normas brasileiras. Tomando-se como base luminárias para lâmpadas fluorescentes com controle de ofuscamento .

A distribuição das luminárias nas circulações devem se posicionar em frente às portas das salas de aula e dos painéis de informações e avisos.

Externamente sugerimos valorizar a iluminação da edificação em todos os ângulos através de refletores com lâmpadas de vapor metálico enobrecendo os traços arquitetônicos da edificação. Em toda a extensão do muro luminárias tipo arandela com corpo em alumínio fundido para proteção contra as intempéries.

A iluminação da sala de bombas será feita por meio de luminária blindada à prova de gases, pó e vapores.

Tomadas – a distribuição das tomadas serão feitas a partir do layout dos móveis e equipamentos dos diversos ambientes exceto salas de aula.

Nas salas de aula serão colocadas quatro tomadas: uma ao lado do quadro e outra na parede oposta com $h=1,60m$. As outras duas serão colocadas nas paredes das janelas e dos elementos vazados em posição alta $h=2,10m$, para instalação de ventiladores.

Todas as tomadas elétricas terão aterramento próprio, como exigido por normas brasileiras com especificação “senator line” de construção modular e de fabricação Siemens, por se tratar de um equipamento mais resistente ao uso constante de acionamento.

Interruptores – todos os ambientes terão interruptores distribuídos por seção de luminárias. Toda a iluminação será controlada individualmente em cada ambiente, exceto as circulações, áreas abertas. Essas luminárias serão comandadas diretamente dos quadros para evitar o uso indevido por parte de alunos. Nas salas de aula os interruptores deverão ficar junto ao quadro.

OBS.: Os fios, cabos e alimentadores deverão ser feitos com material anti-chamas, categoria 600V, do tipo Pirelli ou Siemens.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO



Observação caso seja adaptada uma sala para a Informática – na sala de aula para informática foram colocados os pontos para distribuição dos computadores a serem interligados por meio de rede de acordo com o layout do ambiente.

Será colocado dentro da sala de aula de informática um quadro (400 x 400 x 120) mm por meio de cabos estruturados.

O projeto da rede lógica deve atender, dentro de modernas técnicas, as necessidades de comunicação de dados interna e externa. A tubulação da rede lógica será de 3/4", diâmetro mínimo a ser utilizado. As curvas dos eletrodutos de PVC pré-fabricados para bitolas iguais e superiores a 3/4" e as caixas de passagem serão em chapa de aço tratada, esmaltada interna e externamente por imersão.

Pára-raios, – serão do tipo válvula para 15KV fixados um em cada fase e instalados na estrutura do transformador.

O transformador será 75KVA, com tensões primárias em delta, extensões no secundário em estrela. De fabricação (Siemens, Cemec), a fixação no poste será por meio de um suporte em barras de ferro galvanizado.

O aterramento da subestação será feito com três hastes, para os pára-raios, carcaça e neutro dos transformadores e serão interligados por meio de cabos de #35mm em cobre nu.

A medição será feita por meio de painel para um medidor trifásico, localizado na própria subestação, confeccionado em chapas de ferro e pintura com proteção antiferruginosa.

- SERVIÇOS COMPLEMENTARES:

Quadro de giz:

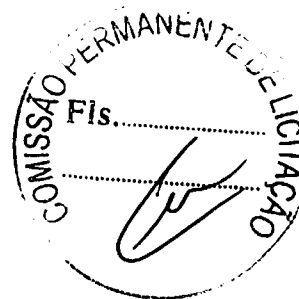
As lousas, de estrutura e porta-giz de madeira, se destinam às salas de aula. Constituídos de chapa de laminado melamínico, tipo lousa verde reticulado 3,00 x 1,10m de altura.

Limpeza e verificação final:



PREFEITURA CIDADE
ASSUNÇÃO
Estado da Paraíba

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO



Lustração e enceramento – deverá ser procedida a limpeza geral das áreas de piso, incluindo lavagem com bastante água e sabão em pó para retirada de sujeiras, restos de tinta e outros materiais, para em seguida providenciar a imediata secagem do piso.

O enceramento deverá utilizar cera à base de carnaúba em três demãos, seguidos de polimento vigoroso e cuidadoso, para obtenção do brilho desejado.

Será removido todo entulho no terreno, limpas e varridas todas as áreas externas.

Todas as manchas e salpicos de tinta serão cuidadosamente removidas, com especial atenção a perfeita execução desta limpeza nos vidros e ferragem das esquadrias.

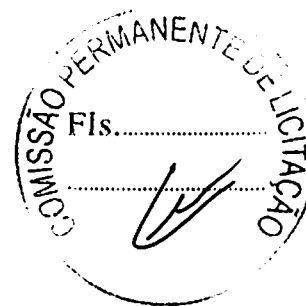
A fiscalização irá proceder cuidadosa verificação das perfeitas condições de funcionamento e segurança de todas as instalações de água, esgotos, águas pluviais, contra incêndio, aparelhos de um modo geral, equipamentos, ferragens e demais componentes da obra.

Campina Grande, 11 de dezembro de 2017.

.....
ÁDNEY JOSÉ DUARTE DE SOUZA
Engenheiro Civil, MSc – CREA 160190012-0
ajds.eng@gmail.com



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



ANEXO 01 AO TERMO DE REFERÊNCIA - PROPOSTA

TOMADA DE PREÇOS N° 00003/2018

PROPOSTA

REF.: TOMADA DE PREÇOS N° 00003/2018

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para a execução das obras de Ampliação da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Evandir Gonçalves de Oliveira, através do Convênio n° 0596/2017 firmado entre a Secretaria de Estado da Educação - SEE e a Prefeitura Municipal de Assunção - PB..

PROPONENTE:

Prezados Senhores,

Nos termos da licitação em epígrafe, apresentamos proposta conforme abaixo:

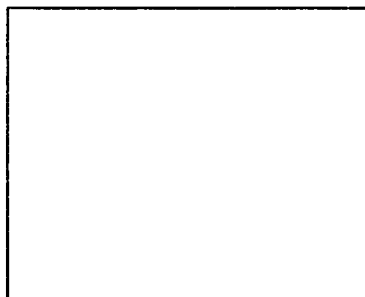
CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	P.UNITÁRIO	P.TOTAL
1	Contratação de empresa de engenharia para a execução das obras de Ampliação da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Evandir Gonçalves de Oliveira, através do Convênio n° 0596/2017 firmado entre a Secretaria de Estado da Educação - SEE e a Prefeitura Municipal de Assunção - PB.	UND		1	

VALOR TOTAL DA PROPOSTA - R\$

PRAZO - Item 5.0:

PAGAMENTO - Item 18.0:

VALIDADE DA PROPOSTA - Item 9.0:



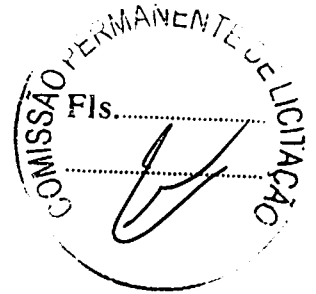
_____ / _____ de _____ de _____

Responsável

CNPJ



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



ANEXO II - TOMADA DE PREÇOS N° 00003/2018

MODELOS DE DECLARAÇÕES

REF.: TOMADA DE PREÇOS N° 00003/2018
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento do disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, da CF - Art. 27, Inciso V, da Lei 8.666/93.

O proponente acima qualificado, sob penas da Lei e em acatamento ao disposto no Art. 7º inciso XXXIII da Constituição Federal, Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, declara não possuir em seu quadro de pessoal, funcionários menores de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho; podendo existir menores de quatorze anos na condição de aprendiz na forma da legislação vigente.

2.0 - DECLARAÇÃO de superveniência de fato impeditivo no que diz respeito a participação na licitação.

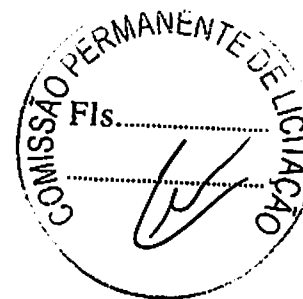
Conforme exigência contida na Lei 8.666/93, Art. 32, §2º, o proponente acima qualificado, declara não haver, até a presente data, fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação na presente licitação, não se encontrando em concordata ou estado falimentar, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores. Ressalta, ainda, não estar sofrendo penalidade de declaração de idoneidade no âmbito da administração Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, arcando civil e criminalmente pela presente afirmação.

3.0 - DECLARAÇÃO de submeter-se a todas as cláusulas e condições do correspondente instrumento convocatório.

O proponente acima qualificado declara ter conhecimento e aceitar todas as cláusulas do respectivo instrumento convocatório e submeter-se as condições nele estipuladas.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO
Representante legal do proponente.



OBSERVAÇÃO:
AS DECLARAÇÕES DEVERÃO SER ELABORADAS EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, QUANDO FOR O CASO.

REF.: TOMADA DE PREÇOS N° 00003/2018
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO



PROPONENTE:
CNPJ:

4.0 - DECLARAÇÃO de elaboração independente de proposta.

(identificação completa do representante do licitante), como representante devidamente constituído de (identificação completa do licitante ou do consórcio), doravante denominado (licitante/consórcio), para fins do disposto no item 7.5.1. do Edital da Tomada de Preços n° 00003/2018, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta apresentada para participar da Tomada de Preços n° 00003/2018 foi elaborada de maneira independente pelo licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da Tomada de Preços n° 00003/2018, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da Tomada de Preços n° 00003/2018 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da Tomada de Preços n° 00003/2018, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da Tomada de Preços n° 00003/2018 quanto a participar ou não da referida licitação;

d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da Tomada de Preços n° 00003/2018 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da Tomada de Preços n° 00003/2018 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) que o conteúdo da proposta apresentada para participação da Tomada de Preços n° 00003/2018 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura Municipal de Assunção antes da abertura oficial das propostas; e

f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO
Representante legal do proponente



OBSERVAÇÃO:
AS DECLARAÇÕES DEVERÃO SER ELABORADAS EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, QUANDO FOR O CASO.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



ANEXO III - TOMADA DE PREÇOS Nº 00003/2018

MODELOS DO TERMO DE RENÚNCIA

REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 00003/2018
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - TERMO DE RENÚNCIA ao recurso conforme previsto no Art. 43, Inciso III, da Lei 8.666/93.

O proponente acima qualificado, declara, na forma do disposto no Art. 43, III, da Lei 8.666/93, aceitar o resultado divulgado pela Comissão, que analisou a documentação preliminar do processo em epigrafe, efetuada nos termos do respectivo instrumento convocatório, desistindo, assim, expressamente de qualquer interposição de recurso previsto na legislação vigente, bem com ao prazo correspondente e concordando, portanto, com o prosseguimento do certame. Declara ainda que, em havendo a ocorrência de qualquer igualdade de valores entre sua proposta e a dos demais licitantes e após observado o disposto no Art. 3º, § 2º, da Lei 8.666/93, fica autorizado a realização do sorteio para definição da respectiva classificação, não sendo necessário a sua convocação para o correspondente ato público, conforme previsto no Art. 44, § 2º, do referido diploma legal.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO
Representante legal do proponente.



OBSERVAÇÃO:

O TERMO DE RENÚNCIA DEVERÁ SER ELABORADO EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, QUANDO FOR O CASO.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



ANEXO IV - TOMADA DE PREÇOS N° 00003/2018

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N°: /2018-CPL

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO E, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de Assunção - Rua Tereza Balduino da Nóbrega, S/N - Centro - Assunção - PB, CNPJ n° 01.612.635/0001-02, neste ato representada pelo Prefeito Luiz Waldvogel de Oliveira Santos, Brasileiro, Casado, residente e domiciliado na Rua Tereza Balduino da Nobrega, 214 - Centro - Assunção - PB, CPF n° 236.802.614-20, Carteira de Identidade n° 525.231 SSP, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado - - - - ..., CNPJ n°, neste ato representado por residente e domiciliado na, - - - - ..., CPF n°, Carteira de Identidade n°, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS DO CONTRATO:

Este contrato decorre da licitação modalidade Tomada de Preços n° 00003/2018, processada nos termos da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações e a Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO:

O presente contrato tem por objeto: Contratação de empresa de engenharia para a execução das obras de Ampliação da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Evandir Gonçalves de Oliveira, através do Convênio n° 0596/2017 firmado entre a Secretaria de Estado da Educação - SEE e a Prefeitura Municipal de Assunção - PB..

Os serviços deverão ser executados rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas, Tomada de Preços n° 00003/2018 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$... (...).

Os preços a serem aplicados para execução dos serviços referidos neste contrato serão os constantes na proposta apresentada, que é parte integrante deste instrumento. O presente contrato é do tipo empreitada por preço global.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO:

O valor contratual poderá ser reajustado com periodicidade anual, mediante acordo, tomando-se por base o mês de assinatura do respectivo contrato, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua.

Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 65, Inciso II, Alínea d, da Lei 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

Recursos do Convênio 0596/2017 e Recursos Próprios do Município de Assunção: 02.060-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO; 02060.12.361.0400.1010 - CONST.AMPLIACAO E REF.DE UNID.ESCOLARES.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES; Fonte 125 Transferências de Convênios - Educação: CONST.AMPLIACAO E REF.DE UNID.ESCOLARES.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES; Fonte 111 Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado na Tesouraria do Contratante, mediante processo regular, da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS:

Os prazos para início e conclusão do objeto ora contratado, que admite prorrogação nos casos previstos pela Lei 8.666/93, estão abaixo indicados e serão considerados a partir da emissão da Ordem de Serviço:

Início: 5 (cinco) dias

Conclusão: 90 (noventa) dias

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a - Efetuar o pagamento relativo a execução dos serviços efetivamente realizados, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução dos serviços contratados;

c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

a - Executar devidamente os serviços descritos na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

- b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
- c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução de contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;
- d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
- e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- f - Não ceder, transferir ou sub-contratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;
- g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS SERVIÇOS NÃO PREVISTOS:

A execução dos serviços não previstos será regulada pelas mesmas condições e cláusulas do contrato original.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PARALISAÇÃO:

O Contratante por conveniência administrativa ou técnica, se reserva no direito de paralisar, a qualquer tempo, a execução dos serviços, cientificando devidamente o Contratado de tal decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO:

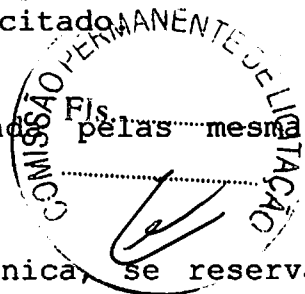
Este contrato poderá ser alterado, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no Art. 65 e será rescindido, de pleno direito, conforme o disposto nos Arts. 77, 78 e 79 da Lei 8.666/93.

O Contratado fica obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para seus acréscimos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES:

A recusa injusta em deixar de cumprir as obrigações assumidas e preceitos legais, sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades previstas nos Arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93:

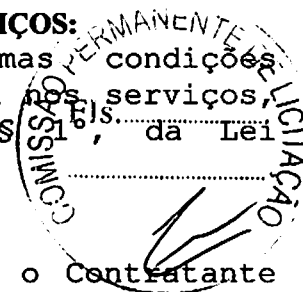
- a - advertência;
- b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato por dia de atraso na entrega, no início ou na execução do objeto ora contratado;
- c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pela inexecução total ou parcial do contrato;
- d - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até 02 (dois) anos;
- e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- f -



simultaneamente, qualquer das penalidades cabíveis fundamentadas na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES DE SERVIÇOS:

O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, conforme os percentuais estabelecidos no Art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93 e suas alterações.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Para o recebimento definitivo dos serviços concluídos, o Contratante nomeará uma Comissão, de no mínimo 02 (dois) técnicos, que visitará as obras e emitirá o termo de Recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Taperoa.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Assunção - PB, ... de de 2018.

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

LUIZ WALDVOGEL DE OLIVEIRA SANTOS
Prefeito
236.802.614-20

PELO CONTRATADO

.....